



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010321-60.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo**
Requerente: **DIEGO RODRIGUES DE ALMEIDA**
Requerido: **Lg Eletronics do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um telefone celular fabricado pela ré, o qual dentro do prazo de garantia apresentou vício de funcionamento.

Alegou ainda que o encaminhou por duas vezes à assistência técnica, mas o problema não foi sanado, de sorte que almeja à condenação da ré à restituição do valor pago pelo produto.

A preliminar arguida em contestação pela ré não merece acolhimento porque a solução do litígio prescinde da realização de perícia, como se verá.

Rejeito a prejudicial, pois.

No mérito, a ré na peça de resistência observou que não permaneceu inerte e que o reparo do bem em pauta somente não aconteceu porque o autor não encaminhou à assistência técnica a correspondente nota fiscal (fl. 15, segundo parágrafo).

Tal alegação não se sustenta porque os documentos de fls. 04 e 06 silenciam a propósito do motivo invocado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Eles, na verdade, destacam que a garantia para o conserto já se expirara, mas esse dado de igual modo não beneficia a ré, seja porque não foi alegado na contestação, seja porque inexistiu um só indício concreto que leve à ideia da superação do prazo de garantia para o reparo necessário.

Tocava à ré a comprovação disso, na esteira do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu desse ônus por não detalhar com precisão qual o prazo de garantia e em que medida ele teria sido extrapolado.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, aplicando-se à hipótese a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 760,00, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2013 (época da realização da compra do produto), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação da ré, ela poderá em trinta dias reaver o aparelho que se encontra em poder do autor, podendo este, se tal não suceder, dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**